

**Impugnação:**

(11/07/2017 14:33:38 ) Mensagem: [Empresa apresenta impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 04/2017 do Campus ...](#)

Resposta: [DA ANÁLISE Sobre a participação de empresa em recuperação judicial em licitacõ ...](#)

**Impugnação:**

(14/06/2017 18:28:35 ) Mensagem: [ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOFEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOL ...](#)

Resposta: [I - Dos fatos. Em seu pedido, a impugnante considerar ilegal a exigência de co ...](#)

[Esdarcimentos](#) [Avisos](#) [Fechar](#)

## Pregão Eletrônico

COMPRASNET  
Pregão Eletrônico



**Impugnação** 11/07/2017 14:33:38

Empresa apresenta impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 04/2017 do Campus Natal-Central do IFRN, requerendo a revisão do item 3.2, b do edital, que prevê que não poderão participar desta licitação "empresas em processo de falência, recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação". A impugnante considera "desarrazoado e abusivo o impedimento de sua participação [no certame] em razão da Recuperação Judicial, principalmente porque exclui antecipadamente a sua possibilidade de comprovar ter condições de realizar o serviço sem risco para o contratante".

Fechar

## Pregão Eletrônico

COMPRASNET  
Pregão Eletrônico

Resposta 11/07/2017 14:33:38

DA ANÁLISE Sobre a participação de empresa em recuperação judicial em licitações, a Advocacia-Geral da União emitiu o parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, onde não constatamos qualquer restrição a participação de empresas nesta situação em certames licitatórios. Todavia, os Procuradores Federais, que assinam o referido despacho, concluíram que "a) sobre a participação da empresa em recuperação judicial em licitações, deve ser feita a devida distinção entre a situação da empresa que está ainda postulando a recuperação judicial (art. 52, da Lei 11.101, de 2005), daquela que já está com o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida (art. 58, da Lei 11.101, de 2005); b) o mero despacho de processamento do pedido de recuperação judicial, com base no art. 52 da Lei 11.101, de 2005, não demonstra que a empresa em recuperação possua viabilidade econômico-financeira; c) apenas com o acolhimento judicial do plano de recuperação, na fase do art. 58 da Lei 11.101, de 2005, é que existe a recuperação judicial em sentido material, com a demonstração da viabilidade econômico-financeira da empresa; d) a certidão negativa de recuperação judicial é exigível por força do art. 31, II, da Lei 8.666, de 1993, porém a certidão positiva não implica a imediata inabilitação, cabendo ao pregoeiro ou à comissão de licitação realizar diligências para avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira; e) caso a certidão seja positiva de recuperação, caberá ao órgão processante da licitação diligenciar no sentido de aferir se a empresa em recuperação já teve seu plano de recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 2005; f) se a empresa postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração de sua viabilidade econômica, não devendo ser habilitada no certame licitatório; g) a empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira; h) é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, a possibilidade de participar em licitações públicas, nos moldes da empresa em recuperação judicial." Percebe-se que o entendimento da Advocacia-Geral da União está em consonância com a lei que rege as licitações e contratos da Administração Pública Federal, uma vez que neste diploma encontramos pontos que visam assegurar o caráter competitivo dos certames licitatórios. Lembramos que a Lei 8.666 de 1993, em seu art. 2º, § 1º, determina que é vedado aos agentes públicos, "admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991." Também não constatamos nas ressalvas mencionadas no parágrafo transcrito acima, qualquer restrição a participação de empresa em recuperação judicial em certames licitatórios. Não obstante, lembramos que o art. 27 da Lei 8.666/93 estabelece que, dentre a documentação que pode ser exigida para habilitação nas licitações está aquela relativa a qualificação econômico-financeira. No certame em comento, a documentação a ser exigida para este nível de qualificação está listada no item 9.4 (e seus subitens) do edital. DA DECISÃO Diante do exposto, julgamos PROCEDENTE a impugnação da empresa, devendo ser excluída a alínea "b" do item 3.2 do edital licitatório. Natal/RN, 11 de julho de 2017.

Fechar